

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

Com sede em Brasília e contando com 10 Projeções Regionais, 27 Escritórios e 10.492 profissionais, o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO foi criado pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, revogada pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, é regido por seu estatuto, Decreto nº 3.972, de 16 de outubro de 2001, e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis, sendo uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda – MF.

Com personalidade jurídica de direito privado, capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, e integrante do Orçamento de Investimentos das Estatais, é responsável por prover e integrar soluções, prestando serviços baseados na tecnologia da informação e comunicações para o êxito das finanças públicas e da governança do Estado, dispondo à administração pública recursos tecnológicos avançados, alcançando os cidadãos brasileiros, e propiciando o acesso às ações de governo e interação do poder público com a sociedade.

O SERPRO, por sua ampla e notória experiência na prestação de serviços de Tecnologia da Informação – TI aos órgãos de Governo, detém conhecimentos singulares, que lhe permitem integrar soluções, bem como alcançar os objetivos dos seus clientes de maneira segura, continuamente aperfeiçoada e sempre em caráter evolutivo. Ao longo desses 44 anos, aprimorou tecnologias adotadas por diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, promovendo a integração de Soluções Estruturadoras e de Gestão do Governo Federal, dotadas de características de desenvolvimento, produção, níveis de qualidade, sigilo, transparência e de segurança requeridos pelo Governo, distinguindo-se em seu segmento.

Sendo o SERPRO designado como fiel depositário de dados governamentais, mantém bancos de dados com abrangência nas áreas tributária, financeira, contábil, orçamentária e de gestão de governo.

Com o emprego adequado de soluções estruturadoras, vem contribuindo efetivamente para racionalização e modernização de setores estratégicos da Administração Pública, nas diversas esferas do Governo, sem descuidar de sua responsabilidade social empresarial, onde tem papel de destaque na implementação de padrões de acessibilidade e inclusão digital.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme os preceitos estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e MP nº 449, de 3 de dezembro de 2008, incluindo Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas contábeis recomendadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para as companhias abertas, conforme estabelecido na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 11: *“na ausência de disposições específicas prevalecem as práticas já consagradas pela profissão contábil formalizadas ou não pelos organismos próprios”*.

O SERPRO utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, trabalhando na limitação da data de encerramento do exercício social de 2008, em 15 de janeiro de 2009, determinação esta dada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em seu processo de encerramento.

As contas ativas e passivas, que guardam ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação, pelo valor líquido, por sua natureza semelhante.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações do exercício anterior foram reclassificadas, e estão sendo citadas em suas notas correspondentes, visando melhor comparabilidade das demonstrações contábeis no período atual.

Adequações se fizeram necessárias, tais como:

Grupo/Conta Contábil	Alterações
Ativo Circulante e Não Circulante, Passivo Circulante e Não Circulante	Adoção da nomenclatura: Circulante e Não Circulante
Disponível	Adoção da nomenclatura: Caixa e Equivalentes de Caixa
Investimentos FINAM e FINOR	De: NÃO CIRCULANTE – INVESTIMENTOS Para: CIRCULANTE – ATIVOS FINANCEIROS
Vales, Tickets e Bilhetes	De: CIRCULANTE – BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO Para: CIRCULANTE – OUTROS CRÉDITOS
Bens Móveis a Alienar	De: NÃO CIRCULANTE – IMOBILIZADO – BENS MÓVEIS Para NÃO CIRCULANTE – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – BENS A ALIENAR
Direitos sobre Concessões e Quotas do FND	De: CIRCULANTE – BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO – TÍTULOS E VALORES Para: NÃO CIRCULANTE – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – ATIVOS FINANCEIROS
Obras de Arte e Peças para Exposição	De: NÃO CIRCULANTE – IMOBILIZADO – BENS MÓVEIS Para: CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – OUTROS ATIVOS.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa adotou, pela primeira vez, as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, sendo que os ajustes relativos à adoção inicial da referida lei, estão detalhados em suas respectivas notas.

Essas alterações tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira, possibilitando o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aquelas constantes nas Normas Internacionais de Contabilidade, que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*. A aplicação das legislações é obrigatória para as demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2008.

Na elaboração das demonstrações contábeis, foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado,

provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da empresa em 20 de março de 2009.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – Instrumentos Financeiros

São registrados pelo valor original, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço e considerados investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

De acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos, esses instrumentos estão registrados nas categorias: “títulos mantidos até o vencimento” - aqueles que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros foram adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, e “ativos financeiros disponíveis para venda” - que são incluídos em ativos não-circulantes e contabilizados pelo valor justo. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio líquido, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (*impairment*).

3.2 – Apuração do Resultado

As receitas e despesas são escrituradas obedecendo o regime de competência.

3.3 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

Esta provisão é constituída com base na análise do histórico de recebimentos de faturas, que se apresenta de modo sazonal, estando concentrada a maior parte do seu recebimento no último mês do exercício. Assim, buscou-se a adoção de um indicador baseado nesses dados, a ser aplicado nos meses de janeiro a novembro do exercício seguinte, visando a linearidade na apresentação dos registros contábeis. Desta forma, foram adotados novos procedimentos para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, com a conseqüente representação do valor justo no balanço.

Tomando-se por base o novo procedimento, a PCLD está fundamentada no princípio da prudência, o percentual desta provisão foi ajustado de 0,89% para 3,78%, sendo considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.4 – Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzida a depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, quando representam melhorias, são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. A depreciação está calculada pelo método linear e as taxas utilizadas estão

de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e em conformidade com a Instrução Normativa nº 162/98 da Secretaria da Receita Federal.

Registra-se valor em Obras em Andamento, que, à medida em que forem sendo finalizadas, e entrarem em operação, será transferido para conta específica, de acordo com o estabelecido na legislação vigente (Art. nº 346 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99).

No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, em virtude da defasagem do valor patrimonial contabilizado, e o valor de mercado, estando de acordo com as normas contábeis vigentes, no que se refere à Reavaliação de Ativos: – Resolução CFC nº 1.004, de 19 de agosto de 2004, que aprova a NBC T 19.6; e – Reavaliação de Ativos: com base nessas avaliações efetuadas por avaliadores independentes, e conforme facultado pela Lei nº 11.638/2007 e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 13 – o saldo da reavaliação da empresa será mantido até a sua realização, por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda.

3.5 – Ativo Diferido

O saldo desta conta, antes classificado como Diferido, foi reclassificado para o Ativo Intangível, em atendimento aos pré-requisitos necessários ao seu correto registro, devendo compor os investimentos da empresa.

3.6 – Intangível

Os ativos intangíveis já reconhecidos antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07, e Medida Provisória nº 449/08, e que atendam os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC nº 04 – Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo diferido para o grupo de contas específico de ativos intangíveis.

Os gastos controlados pela empresa, diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis, e sua vida útil classificada nestes parâmetros para fins de amortização.

3.7 – Redução ao valor recuperável de ativos - Imparidade

Algumas alterações previstas na nova legislação foram tratadas pela empresa, quanto à razoabilidade das informações geradas para fins de avaliação da imparidade. O estudo para a avaliação dos bens do Ativo Imobilizado obedeceu aos seguintes critérios: avaliação de todos os imóveis e seleção consoante à relevância de equipamentos. A partir desta definição, foram selecionados bens, alocados nas Unidades de Produtos e Serviços. As técnicas determinantes para a avaliação trataram a comparação a valor de mercado, e recuperação da unidade geradora de caixa.

Baseados nesse contexto, a imparidade de ativos não é aplicável ao SERPRO, ressaltando-se que o resultado econômico dos processos produtivos é suficiente para a cobertura de seus custos de reposição.

3.8 – Tributos

Relativamente aos tributos, são adotadas as seguintes práticas:

3.8.1 – Os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do Imposto Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (Art. nº 230 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99);

3.8.2 – O Imposto sobre Serviços – ISS está registrado pelo regime de competência, sendo que as alíquotas variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município em que se deu o fato gerador;

3.8.3 – A COFINS e o PASEP estão registrados pelo regime da cumulatividade e da não-cumulatividade;

3.8.4 – O registro do Imposto de Renda (15%), do adicional do Imposto de Renda (10%), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (9%), da COFINS (3% e 7,6%) e do PASEP (0,65% e 1,65%), considera, para efeito da respectiva base de cálculo, a legislação em vigor na data das demonstrações contábeis;

3.8.5 – A contabilização do Ativo Fiscal Diferido está de acordo com o estabelecido na Deliberação CVM nº 273/98.

3.9 – Exigível a Longo Prazo

As obrigações de longo prazo estão constituídas com base na expectativa de suas realizações, estando demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos juros incorridos.

3.10 – Uso de Estimativas

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com os princípios de contabilidade requer que a Administração da Empresa, baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, provisão para o déficit técnico do Fundo Multipatrocinado SERPROS referente ao Plano SERPRO (PS I) e realização de tributos diferidos (IRPJ e CSLL).28.734.425,31

3.11 – Informações adicionais às Demonstrações Contábeis

Com o objetivo de propiciar informações adicionais, está sendo apresentada Demonstração do Valor Adicionado – DVA (Anexo 1), elaborada de acordo com a norma CPC nº09.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades estão discriminadas a seguir:

Discriminação	Em R\$	
	2008	2007
Bancos c/ Movimento	41.212.501,79	67.444.311,43
Fundo de Aplicação Financeira	273.994.017,63	302.468.686,75
TOTAL	315.206.519,42	369.912.998,18

4.1 – Fundo de Aplicação Financeira

As aplicações financeiras são remuneradas pelo fundo extramercado comum, administrado pela Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários BB – DTVM.

4.2) Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

São recursos financeiros depositados diretamente na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representando o valor disponível para saque da Conta Unica do Tesouro Nacional e compõe o saldo do grupo Bancos c/ Movimento.

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo através do resultado, classificados como recebíveis mantidos até o vencimento e/ou disponíveis para venda. As aplicações em incentivos fiscais são apresentadas a valor de mercado inferior ao custo, e encontram-se demonstradas abaixo:

	Em R\$	
	2008	2007
Outros Investimentos	9.893.766,29	9.893.766,29
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.242.131,75)	(8.018.994,56)
TOTAL	651.634,54	1.874.771,73

NOTA 6 – CRÉDITOS DE CLIENTES

O detalhamento dos créditos a receber encontra-se assim discriminado:

Discriminação	Em R\$	
	2008	2007
Faturas a Receber	101.185.364,11	27.482.399,08
Faturas Vencidas	283.934.269,16	72.069.001,72
Contas a Receber Bruto	385.119.633,27	99.551.400,80
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.557.522,14)	(886.007,47)
TOTAL	370.562.111,13	98.665.393,33

NOTA 7 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

Estes tributos estão provisionados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões, observada a legislação vigente. Em 2008 não constam valores provisionados em decorrência de apuração de base de cálculo negativa e prejuízo fiscal da CSLL e IRPJ, respectivamente.

Em R\$

Discriminação	2008	2007
Base de cálculo da Contribuição Social:		
Lucro Contábil do Exercício	722.921,85	82.367.873,33
(+) Adições	104.388.547,42	183.118.966,28
(-) Exclusões	111.568.861,96	71.548.188,75
Base de Cálculo da Contribuição Social	(6.457.392,69)	193.938.650,86
Contribuição Social – Alíquota 9%	-	17.454.478,58
(-) Antecipações	13.328.859,38	33.743.740,06
Saldo a Compensar	(13.328.859,38)	(16.289.261,48)
Base de Cálculo do Imposto de Renda:		
Lucro Contábil depois da CSLL	722.921,85	79.303.772,56
(+) Adições	104.293.736,50	186.045.307,78
(-) Exclusões	111.568.861,96	71.548.188,75
Lucro/Prejuízo Fiscal do Exercício	(6.552.203,61)	193.800.891,59
Imposto de Renda – Alíquota 15%	-	29.070.133,74
(-) Parcela isenta do adicional de IR	-	240.000,00
Adicional do IR – Alíquota 10%	-	19.356.089,16
(-) PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	-	881.272,80
Imposto Devido	-	47.544.950,10
(-) Antecipações	60.917.953,79	115.247.285,40
Saldo a Compensar	(60.917.953,79)	(67.702.335,30)

NOTA 8 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de créditos fiscais de curto prazo é de R\$ 105.324.044,46 e encontra-se discriminado da seguinte forma:

8.1 – Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Compensar (NOTA 7)

O valor de R\$ 74.246.813,17 refere-se à IRPJ e a CSLL antecipados no exercício, sendo R\$ 6.991.012,71 oriundos de compensações através de Declaração de Compensação – DCOMP e R\$ 67.255.800,46 de retenções na fonte.

8.2 – Créditos Fiscais Diferidos

Estes créditos correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, apurados sobre as diferenças temporárias e registrados em atendimento à Deliberação CVM nº 273, assim discriminados:

	Em R\$	
	2008	2007
Licença – Prêmio	12.171.554,55	14.389.796,68
Plano de Previdência Complementar	6.090.067,45	5.680.851,45
INSS	-	483.630,89
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	301.242,54	301.242,54
Provisão para Perdas Prováveis	2.726.458,15	2.726.458,15
TOTAL	21.289.322,69	23.581.979,71

Ressalta-se que os créditos referentes a Provisão para Perdas Prováveis, no valor de R\$ 2.726.458,15, foram reclassificados do Não Circulante para o Circulante, tanto no exercício 2008 como em 2007. Destacamos que este procedimento se deu em consequência da reclassificação dos Ativos Financeiros FINAM/FINOR (NOTA 5), fato gerador do referido crédito.

A realização dos referidos créditos fiscais ocorrerá quando do pagamento ou reversão das provisões efetuadas, bem como do recebimento de faturas ou perda efetiva dos créditos considerados de liquidação duvidosa, obedecendo aos preceitos legais vigentes.

8.3 – Créditos Fiscais Diversos

Correspondem aos créditos fiscais relativos a COFINS e PASEP, além de valores decorrentes de processos administrativos pendentes de julgamento junto à Fazenda Federal e Municipal. O montante destes tributos a compensar na data do balanço é de R\$ 9.787.908,60.

NOTA 9 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O SERPRO possui 3.336 empregados cedidos ao Ministério da Fazenda. A empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados e os órgãos cessionários pelo reembolso destas despesas, com fundamento no Decreto nº 5.213/2004. Em 2008, o valor registrado a título de ressarcimento foi de R\$ 172.729.233,57 (R\$ 163.180.280,35 em 2007), conforme item 4.12 da Demonstração do Resultado do exercício, e os valores pendentes de recebimento, no total de R\$ 34.964.387,34 (R\$ 31.618.111,57 em 2007), compõem os créditos a receber registrados no título Ressarcimento de Pessoal.

NOTA 10 – BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO

Os bens e valores em circulação estão representados pelo Estoque – Almoxarifado, no valor de R\$ 1.022.810,19 (R\$1.065.630,22 em 2007).

Ressalte-se que este grupo não mais agrega o subgrupo Títulos e Valores, pois as contas Quotas do FND e Vales, *Tickets* e Bilhetes, a partir de 2008, foram reclassificadas para Ativos Financeiros e Outros Ativos, respectivamente.

NOTA 11 – DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Os valores realizáveis a longo prazo correspondem aos depósitos judiciais e recursais, referentes às ações em que a empresa é parte envolvida, cujos recursos são depositados em juízo em cumprimento à determinação judicial, pendente de julgamento na data das demonstrações contábeis, conforme discriminação abaixo:

	Em R\$	
	2008	2007
Depósitos Judiciais	180.154.889,56	167.086.656,55
Depósitos Recursais	15.072.879,70	14.729.545,43
TOTAL	195.227.769,26	181.816.201,98

NOTA 12 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Correspondem aos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte e de acordo com os itens a seguir, compreendem basicamente:

12.1 – Créditos Fiscais Diferidos

Referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social apurados sobre as diferenças temporárias, conforme demonstrado a seguir:

	Em R\$	
	2008	2007
Contingências Trabalhistas	60.119.554,62	77.508.051,17
Planos de Previdência Complementar	57.058.219,77	72.548.896,28
TOTAL	117.177.774,39	150.056.947,45

A realização dos créditos oriundos de Contingências Trabalhistas depende do trânsito em julgado da ação no âmbito da Justiça do Trabalho.

Os créditos tributários originários das provisões correspondentes às obrigações com o Fundo Multipatrocinado – SERPROS, no total de 240 parcelas, tiveram 139 delas realizadas até o encerramento de 2008. As 101 parcelas restantes serão realizadas a partir de 2009.

12.2 – Processo Trabalhista nº 2047/SP

Consta no Ativo não Circulante o valor de R\$ 241.883.426,54 referente ao processo trabalhista nº 2047/89 – 39ª VT/SP, cuja ação foi movida por empregados cedidos ao Ministério da Fazenda. Este valor deverá ser ressarcido à Empresa, sendo que, para tanto, houve pronunciamento favorável por parte da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPO.

Até 2006, o valor citado acima estava sendo controlado em conta do grupo Créditos a Receber no Ativo Circulante. Em 2007, realizamos a transferência para o Ativo não Circulante, grupo Realizável a Longo Prazo, tendo em vista a previsão de realização em exercícios futuros.

Encontra-se no Passivo não Circulante o valor de R\$ 125.969.781,34, pendente de liquidação. A Empresa vinha honrando os pagamentos relativos ao processo até dezembro de 2006, quando após revisão dos cálculos, chegou-se a conclusão de que havia erros materiais que recomendaram a suspensão do pagamento do acordo. Até 2006, o valor estava classificado no grupo Obrigações em Circulação do Passivo Circulante, sendo que, em razão da sua provável exigibilidade ocorrer em exercícios futuros, foi reclassificado para o Passivo não Circulante.

	Em R\$	
	ATIVO NÃO CIRCULANTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Valor registrado em Dezembro de 2005	250.414.527,18	250.414.527,18
Ajustes Encargos / Tabela Imposto de Renda	(8.531.100,64)	(8.531.100,64)
Valor total do Processo	241.883.426,54	241.883.426,54
Valor pago em 2006	-	(115.913.645,20)
Saldo a pagar em Dezembro de 2008	-	125.969.781,34
Valor a receber em Dezembro de 2008	241.883.426,54	-

12.3 – Títulos de Crédito

Compreendem as ações da TELEBRÁS, EMBRAER e COBRA TECNOLOGIA, com respectivos vencimentos em 2012, 2010, e 2014, conforme discriminado a seguir:

	Em R\$	
Títulos de Crédito	2008	2007
Ações da TELEBRÁS	2.567.177,31	2.382.268,12
Outras Ações	1.700,39	1.577,95
TOTAL	2.568.877,70	2.383.846,07

NOTA 13 – BENS A ALIENAR

Registra-se neste grupo o valor de R\$ 73.030,14, referente aos bens destinados a alienação, ou seja, transferência de domínio a terceiros. As desmobilizações são realizadas, preferencialmente, por meio de doações a entidades públicas parceiras do SERPRO, na realização de ações sociais focadas na educação profissional e a instituições de ensino do poder público, nas esferas federal, estadual e municipal.

NOTA 14 – ATIVOS FINANCEIROS

Os Ativos Financeiros estão assim discriminados:

Em R\$

	2008	2007
Direitos sobre Concessões	2,88	2,88
Quotas do FND	36.057,89	34.000,30
TOTAL	36.060,77	34.003,18

NOTA 15 – OUTROS ATIVOS

Encontram-se em Outros Ativos as Obras de Arte recebidas em doação, avaliadas em reais, no montante de R\$ 153.972,50, conforme preconiza o princípio do Denominador Comum Monetário, onde a contabilidade deve ser feita numa única moeda e todos os itens devem ser avaliados por essa moeda.

NOTA 16 – IMOBILIZADO

O imobilizado está avaliado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzidas as depreciações, exceto os imóveis que se apresentam pelo valor de mercado, com base em laudo pericial.

Em R\$

	Taxa de Depreciação	Saldo em 2008	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
				2008	2007
Edifícios	4%	120.174.192,20	16.324.210,07	103.849.982,13	108.063.701,48
Terrenos	-	74.188.750,00	-	74.188.750,00	74.188.750,00
Obras em Andamento	-	20.600.252,17	-	20.600.252,17	16.398.575,32
Mobiliário em Geral	10%	22.515.678,13	10.905.460,55	11.610.217,58	8.829.546,02
Outros Bens Móveis	10%	37.200.376,04	19.459.342,69	17.741.033,35	18.272.068,60
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	487.290.660,35	265.095.435,98	222.195.224,37	199.294.103,20
Instalações	10%	27.019.794,87	22.295.327,55	4.724.467,32	6.324.457,80
Veículos	20%	324.747,32	289.766,41	34.980,91	15.556,40
TOTAL		789.314.451,08	334.369.543,25	454.944.907,83	431.386.758,82

NOTA 17 – ATIVO INTANGÍVEL

O saldo, que antes compunha o Ativo Diferido em 31 de dezembro de 2007, era R\$ 44.263.020,88, que, por representar aquisições de softwares, foi reclassificado para este grupo, em atendimento as alterações da Lei nº 11.638/2007 e ao CPC nº 04.

Desta forma, estão aqui registradas as licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

Tratando-se de ativos adquiridos de terceiros com vida útil definida, são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidas as despesas de amortização, obedecendo os prazos definidos pelas unidades responsáveis pela aquisição e utilização dos softwares, os quais demonstramos abaixo:

Em R\$

Unidade Gestora	Prazo de Amortização (meses)	Saldo em 2008	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
				2008	2007
Regional Brasília	12 a 48	54.652.192,98	28.278.673,75	26.373.519,23	30.813.962,45
Regional Belo-Horizonte	60	276,77	13,84	262,93	-
Regional Rio de Janeiro	24	142.118,71	-	142.118,71	-
Regional São Paulo	12 a 33	14.802.765,51	8.813.707,86	5.989.057,65	-
Regional Curitiba	6 a 60	18.450,00	7.479,19	10.970,81	5.229.356,94
Escritório de Florianópolis/SC	60	4.120,96	394,45	3.726,51	-
Serpro Sede	60	12.949.973,31	7.124.988,13	5.824.985,18	8.219.701,49
Marcas e Patentes	-	-	-	-	2.093,73
TOTAL		82.569.898,24	44.225.257,22	38.344.641,02	44.265.114,61

NOTA 18 – DEPÓSITOS

Encontram-se relacionados os valores das retenções na fonte de impostos municipais, federais e de recursos previdenciários, bem como os encargos de mesma natureza.

NOTA 19 – CONSIGNAÇÕES

O montante de R\$ 5.459.328,65 (R\$ 9.250.540,36 em 2007) representa, basicamente, as retenções da folha de pagamento, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, e, principalmente, planos de previdência e assistência médica, correspondentes à participação dos empregados no custeio do plano de saúde.

NOTA 20 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

Referem-se aos valores a serem recolhidos aos cofres públicos no valor total de R\$ 75.997.520,27, oriundos dos encargos da folha de pagamento, INSS e FGTS, recursos do salário-educação, tributos estaduais/municipais, COFINS e PASEP retidos dos fornecedores, além dos tributos incidentes sobre o faturamento, pagos pelo regime de caixa (R\$ 57.094.690,64 em 2007).

NOTA 21 – PROVISÕES DE PESSOAL

Correspondem às provisões de Férias e Licença-Prêmio, reconhecidas de acordo com as normas e princípios contábeis aceitos no Brasil.

Em R\$

	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	59.392.212,46	29.396.418,12	(13.595.728,93)	75.192.901,65
Licença – Prêmio	47.235.378,03	20.306.075,85	-	67.541.453,88
TOTAL	106.627.590,49	49.702.493,97	(13.595.728,93)	142.734.355,53

NOTA 22 – PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O SERPRO é patrocinador do fundo de pensão – SERPROS, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica de direito privado, instituída em 1978, tendo por finalidade básica instituir, administrar e executar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados das patrocinadoras.

Atualmente, são administrados dois diferentes planos de benefícios:

Plano SERPRO I – PS I

Plano de Benefício Definido – BD, com 3.527 participantes ativos e 2.762 assistidos, onde participantes e Patrocinadoras contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco. O benefício definido é aquele instituído para atender cada participante quando se aposenta com um benefício pré-determinado no regulamento do plano. Neste plano são oferecidos os seguintes benefícios: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, aposentadoria especial, aposentadoria de ex-combatente, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria proporcional, pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão, auxílio-doença/acidente de trabalho, abono de natal, resgate.

Plano SERPRO II – PS II

Composto por 4.805 participantes ativos e 204 assistidos, o PS II é estruturado como Contribuição Variável – CV, de forma mista entre Contribuição Definida – CD e Benefício Definido – BD. O participante decide com quanto irá contribuir mensalmente para ter a renda futura esperada e também para os benefícios de risco. A Patrocinadora contribui paritariamente para garantir a seus participantes e beneficiários os seguintes benefícios: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, pecúlio por morte, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-doença/acidente de trabalho, abono de natal e resgate do saldo de contas.

O Conselho Deliberativo da Entidade aprovou as seguintes premissas atuariais:

- Tábua de Mortalidade: AT-83, segregada por sexo;
- Tábua de Entrada em Invalidez: Light-Média;

- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-49, segregada por sexo;
- Morbidez: Experiência STEA;
- Desligamento: 1% a.a. para idades inferiores a 48 anos e 0% para as demais idades;
- Inflação: 3,5% a.a.;
- Crescimento Real dos Salários: 3,6% a.a.;
- Taxa Real de Juros: 6% a.a.;
- Composição de Família de Pensionistas: Experiência SERPRO.

Compõe as obrigações de curto prazo do SERPRO o valor de R\$ 17.911.963,08, referente às parcelas vencíveis no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2008, as obrigações de longo prazo por benefícios pós-aposentadoria, vinculados ao SERPROS, estão assim representados:

	Em R\$	
	2008	2007
Contrato SERPRO x SERPROS	92.072.016,41	121.173.920,67
Déficit Técnico Plano SERPRO (PS-I)	93.631.966,91	93.631.966,91
TOTAL	185.703.983,32	214.805.887,58

O valor de R\$ 92.072.016,41 refere-se às obrigações que foram parceladas em 240 meses, sendo que, até 31 de dezembro de 2008, foram amortizadas 139, restando 101 a serem amortizadas a partir de 2009. Os valores são atualizados mensalmente pelo INPC.

Registra-se, ainda, provisão referente ao reconhecimento do déficit atuarial do plano previdencial de benefício definido – Plano SERPRO (PS-I), administrado pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado, no valor de R\$ 93.631.966,91.

Em 2008 efetuou-se o registro de R\$ 26.060.922,30 relativo ao ajuste da paridade contributiva. Apurou-se que no período de dezembro de 2000 a dezembro de 2006, o SERPRO despendeu recursos para o Plano PS-I de modo superior ao disposto na Emenda Constitucional nº 20/1998. O fato foi formalizado pela patrocinadora e reconhecido pelo fundo de pensão, sendo procedidas as respectivas contabilizações em ambas as partes, não havendo prejuízo para a patrocinadora, tendo em vista que os valores foram corrigidos monetariamente.

No SERPRO foi registrada a recuperação das despesas em contrapartida da redução de obrigações com o SERPROS, assim discriminadas:

	Em R\$
	Ajuste de Paridade Contributiva
Lei nº 8.020/90	25.135.294,52
Dote Inicial	925.627,78
TOTAL	26.060.922,30

O SERPRO contratou atuário para realização dos estudos e cálculos previstos na norma contábil NPC 26, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, aprovada pela Deliberação CVM nº 371/2000, que determina critérios específicos para apuração dos efeitos nas demonstrações contábeis de planos de pensão e empregados, e que ainda não foram finalizadas.

NOTA 23 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS – PLR

A empresa possui programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, e seu pagamento está condicionado ao cumprimento de metas nele estabelecidas, bem como à aprovação pelo Conselho Diretor. O montante destinado à distribuição no exercício de 2008, foi de R\$ 45.632,94 (R\$ 6.505.325,84 em 2007), existindo ainda registrado um saldo de R\$ 44.649,95, referente a valores não distribuídos de exercícios anteriores.

NOTA 24 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com as disposições estatutárias, estão assegurados à União dividendos de 25% e suas respectivas atualizações, sendo que os valores referentes ao exercício de 2008, foram propostos pela administração e estão sujeitos à aprovação do Conselho Diretor.

	Em R\$		
	2008	2007	TOTAL
Dividendos do Exercício	182.531,76	162.393,16	344.924,92
Juros sobre o Capital Próprio	-	25.000.000,00	25.000.000,00
Dividendos Complementares	18.217.131,39	10.826.430,68	29.043.562,07
Atualização	-	4.488.353,85	4.488.353,85
TOTAL	18.399.663,15	40.477.177,69	58.876.840,84

Os valores de R\$ 18.217.131,39 e R\$ 10.826.430,68 constantes do quadro acima como complemento aos dividendos dos exercícios de 2008 e 2007, referem-se aos créditos fiscais diferidos realizados nestes períodos.

NOTA 25 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias de longo prazo correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, incidentes sobre a Reserva de Reavaliação. Em 31 de dezembro de 2008, os impostos totalizaram R\$ 33.931.035,03 (R\$ 35.699.106,46 em 2007).

NOTA 26 – CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A empresa é parte envolvida em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo, principalmente, questões trabalhistas.

A administração do SERPRO, com base em informações de sua consultoria jurídica, e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante de R\$ 177.914.052,72 (R\$ 232.060.033,44 em 2007), que sofreu redução em relação ao exercício anterior, explicado pela adoção de nova prática na determinação da referida provisão, em acordo com as normas internacionais de contabilidade e Deliberação CVM nº 489, sendo considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com tais processos.

A nova prática adotada, calcula o valor com base no histórico de ações similares e nos valores pagos para estas ações.

A movimentação da provisão no exercício de 2008, está demonstrada a seguir:

	Em R\$
MOVIMENTAÇÃO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2007	232.060.033,44
Baixa de Processos Provisionados	(1.516.109,55)
Baixa – Revisão de Processos Prováveis	(52.629.871,17)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	177.914.052,72

NOTA 27 – CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado está registrado no montante de R\$ 617.264.461,92. Neste exercício, foi acrescido o valor de R\$ 280.843.878,41, referente as Reservas de Riscos Eventuais dos Exercícios de 2006 (R\$ 6.198.224,64) e 2007 (R\$ 3.645.653,77), além de R\$ 271.000.000,00, relativos ao aporte de capital aprovado pelo Decreto de 18 de junho de 2008, Parágrafo Único do art. 1º, e dotação orçamentária consignada no Orçamento Geral da União em favor do Ministério da Fazenda, aprovada pela Lei nº 11.647 de 24 de março de 2008.

NOTA 28 – RESERVA DE REAVLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Esta reserva está constituída em decorrência da reavaliação integral dos imóveis em 2005 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo é de R\$ 125.182.563,37, já se encontrando deduzido dos seus impostos correspondentes (R\$ 128.614.702,02 em 2007).

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados, líquida dos encargos tributários. O saldo da reavaliação será mantido até a sua total realização.

NOTA 29 – RESERVAS DE LUCROS

As Reservas de Lucros são constituídas pela apropriação de lucros da empresa, com o objetivo de garantir a segurança adicional e sua saúde financeira, conforme discriminado nas notas a seguir:

29.1 – Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

	Em R\$
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	722.921,85
(+) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	45.632,94
= BASE DE CÁLCULO DA RESERVA LEGAL	768.554,79
(-) RESERVA LEGAL – 5%	38.427,74

29.2 – Reservas Estatutárias

As Reservas Estatutárias estão subdivididas em:

a) de Investimentos – 5% do lucro líquido, até 20% do capital social, destinados à atualização do parque computacional e à aquisição de bens patrimoniais necessários à consecução dos objetivos institucionais do SERPRO, cujo saldo na data das demonstrações contábeis é de R\$ 28.639.535,13 (R\$ 28.734,425,31 em 2007);

b) para Riscos Eventuais – 5% do lucro líquido, até 20% do capital social, destinados a cobrir prejuízos com perda de material e destruição acidental de equipamentos e bens patrimoniais, e cujo saldo não utilizado será incorporado, no exercício seguinte, ao capital social. O valor destinado à constituição desta reserva foi de R\$ 27.379,76 (R\$ 9.966.148,35 em 2007).

29.3 – Reserva de Retenção de Lucro

A Lei das Sociedades Anônimas permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho Diretor. Em 31 de dezembro de 2008, a empresa mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 185.961.720,97 (R\$ 176.999.324,25 em 2007).

29.4 – Créditos Fiscais Diferidos

Por recomendação da Secretaria do Tesouro Nacional, esta reserva deixou de ser constituída, passando os registros dos créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias a serem contabilizados diretamente no resultado do exercício. O saldo desta reserva deverá ser destinado ao pagamento de dividendos (NOTA 24), conforme sua realização. Neste exercício, realizou-se todo o saldo remanescente no valor de R\$ 18.217.131,39, sendo este montante complementado à remuneração do acionista.

NOTA 30 – LUCROS ACUMULADOS

Com base nas disposições estatutárias, o resultado encontra-se distribuído da seguinte forma:

	Em R\$
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	722.921,85
(+) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	45.632,94
= BASE DE CÁLCULO DA RESERVA LEGAL	768.554,79
(-) RESERVA LEGAL	38.427,74
= BASE DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO DO ACIONISTA	730.127,05
(-) REMUNERAÇÃO DO ACIONISTA (25%)	182.531,76
= BASE DE CÁLCULO DAS RESERVAS ESTATUTÁRIAS	547.595,29
(-) RESERVAS ESTATUTÁRIAS (10%)	54.759,52
(-) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	45.632,94
Saldo do período 01/01/2008 a 31/12/2008	447.202,83
(-) Reserva de Retenção de Lucro	447.202,83
Saldo de Lucros Acumulados em 31/12/2008	0,00

NOTA 31 – RESULTADO FINANCEIRO

As receitas correspondem, principalmente, aos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras. Quanto às despesas, são registradas pelo regime de competência, e correspondem, basicamente, aos juros incidentes sobre os dividendos e encargos financeiros das obrigações com o Fundo Multipatrocinado – SERPROS.

	Em R\$	
	2008	2007
Despesas Financeiras	(40.216.976,26)	(37.809.757,29)
Receitas Financeiras	29.585.235,65	10.403.336,34
Juros sobre o Capital Próprio	-	(25.000.000,00)
TOTAL	(10.631.740,61)	(52.406.420,95)

NOTA 32 – SEGUROS

A empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Consideradas as características de seus riscos, a empresa contrata seguros com cobertura para riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos.

NOTA 33 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

De acordo com a política salarial praticada pelo SERPRO, a menor e a maior remuneração pagas a empregados em 2008, incluindo adicional de transferência, foram, respectivamente, de R\$ 739,03 e R\$ 23.237,47. A maior remuneração paga a dirigente foi de R\$ 23.708,62.

NOTA 34 – CONTINGÊNCIA ATIVA

Na data de encerramento do exercício, os processos que representavam uma contingência ativa, não reconhecida contabilmente e controlada escrituralmente em conta de compensação, são os seguintes: R\$ 2.476.158,91 referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000075/2001-58, que trata de desvio de valores públicos, como também R\$ 174.656,75, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000074/2001-11, que trata de pagamento indevido no processo de Programa de Desligamento Voluntário. Os procedimentos que foram adotados estão definidos na IN/STN nº 08 de 21/12/90, que estabelece normas sobre o processo de tomada de contas dos gestores dos recursos públicos.

NOTA 35 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Empresa está apresentando a Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC pelo método direto, elaborada de acordo com a norma CPC nº 03, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias.

Encontra-se registrado o valor de R\$ 147.443,17, relativo aos recursos que se destinam a atender órgãos ou dependências do Serpro, quanto à necessidade de realização de pequenas despesas.

Brasília, 31 de dezembro de 2008.

Marcos Vinícius Ferreira Mazoni
Diretor-Presidente

Antônio Sérgio Borba Cangiano
Diretor

Ana Maria Mallmann Costi
Contadora CRC – DF 8.894/0-6